

O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares

Alexandre Avelar de Sá*

Resumo:

Este trabalho aborda a constituição de um projeto de modernização desenvolvimentista no interior do Exército durante o Estado Novo (1937-1945). O núcleo central deste projeto residia na idéia de que as Forças Armadas deveriam se tornar prioritariamente uma instituição a serviço do desenvolvimento industrial, subordinando a este objetivo os ditames da defesa nacional. Os militares que defendiam esta posição se agruparam numa organização denominada Círculo de Técnicos Militares, que se tornou o *locus* principal de divulgação de suas idéias.

Palavras-chave: Edmundo de Macedo Soares; Círculo de Técnicos Militares; modernização industrial

Abstract:

This research intends to approach the constitution of a development modernization project inside the Army during "Estado Novo" period (1937-1945). This project central nucleus was the idea that the Military Forces should become primly an institution in service of industrial development, subordinating the national defense rules to that objective. The militaries who defended that position formed a group in an organization called "Círculo de Técnicos Militares" (Military Technicians Circle), which became the main *locus* for the divulgation of their ideas.

Keywords: Edmundo de Macedo Soares; Military Technicians Circle; industrial modernization

* Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Tornou-se consenso na historiografia brasileira balizar o período Vargas como um momento decisivo na consolidação do capitalismo no Brasil a partir da implantação de um expressivo parque industrial abarcando tanto o setor de bens de consumo quanto de produção. O golpe armado vitorioso em 1930 representou o desfecho político-institucional de uma grave crise que já atravessara toda a década de vinte. Por um lado, a cisão intra-oligárquica favoreceu a emergência de um conjunto de novas forças políticas não identificadas ao tradicional núcleo hegemônico composto por Minas e São Paulo. De outro, os reflexos das perturbações atravessadas pela ordem capitalista mundial, a partir do seu principal centro, reduziram drasticamente as possibilidades da classe dominante de continuar reproduzindo os mecanismos de acumulação de capital baseados no modelo agrário-exportador. A crise do complexo cafeeiro possibilitava, a partir de então, novas formas de desenvolvimento e de expansão do capital, tendo a indústria como novo eixo. (AVELAR, 2002: 174)

Alguns trabalhos procuraram debater o papel desempenhado pelos militares, especialmente do Exército, neste processo de aceleração industrial, cujo ponto central era, sem dúvida, a construção de uma usina siderúrgica, o “problema capital da nossa expansão econômica”, segundo o próprio Getúlio Vargas. As interpretações polarizam-se entre aqueles que defendem a idéia de um papel dos militares como protagonistas nas políticas de desenvolvimento industrial do governo e aqueles que entendem que a principal preocupação da corporação era com uma política comercial que promovesse o reaparelhamento das Forças Armadas, num momento de acirramento das rivalidades internacionais. Nos limites deste artigo, mencionaremos apenas as interpretações já clássicas.

Entre os defensores do papel ativo dos militares como agentes da industrialização brasileira, destaca-se o clássico estudo de John Wirth. Para este autor, o período anterior ao Estado Novo não teria sido caracterizado por grandes preocupações governamentais com a indústria. A solução para a crise, acreditava-se, residia na reestruturação do setor exportador, tradicional formador da renda nacional. Essa política deveria se complementar por uma agressiva política comercial de incentivo às exportações. Neste conjunto de prioridades, a industrialização não gozava de muitos defensores no interior do aparelho estatal.

A situação modificou-se decisivamente com o advento do Estado Novo. Sob um regime cada vez mais centralizado, Vargas teria dado início a uma vigorosa política de industrialização, que teve na construção da Companhia Siderúrgica Nacional o seu marco mais expressivo. A mudança de orientação não teria sido possível sem uma efetiva pressão dos militares. Com efeito, Wirth considera que as Forças Armadas foram os principais agentes da industrialização brasileira, pressionadas cada vez mais pela perspectiva de um conflito de proporções globais. Desta forma, foi a percepção da fragilidade nacional em um momento de graves perturbações na ordem internacional que tornou inadiável uma ampla política de substituição de importações, com os militares apresentando-se como os seus mais destacados defensores. Assim, para Wirth, a iniciativa militar “exercia grande influência sobre decisões a cada giro da roda política” (WIRTH, 1973: 45)

Na perspectiva oposta, TRONCA (1986) e HILTON (1976) não creditam aos militares um papel de grande relevância na industrialização, uma vez que eles estavam mais preocupados em assegurar uma política comercial que garantisse um satisfatório fluxo de armas e equipamentos em um momento de acirramento da crise internacional. Se alguns militares, como Macedo Soares, foram atuantes na defesa da industrialização, de modo algum eles podem ser considerados representantes de um “pensamento industrial” das Forças Armadas, mas apenas vozes isoladas, sem grande influência nas decisões governamentais. A expansão da indústria estava, portanto, subordinada aos interesses de abastecimento material. Tronca chega mesmo a apontar que o projeto siderúrgico de Volta Redonda fora resultado de uma conjuntura internacional marcada pela luta interimperialista, sendo totalmente inviável se dependesse exclusivamente das forças internas. (TRONCA, 1986: 360)

Do ponto de vista aqui assumido, as perspectivas acima sumariamente apresentadas devem ser tomadas com muitos cuidados. Ambas tendem a tomar as Forças Armadas como um bloco coeso e homogêneo, defendendo com afincamento uma política vigorosa de crescimento industrial ou concentrando suas preocupações em torno de uma política comercial que favorecesse seus objetivos de rearmamento interno, para os quais a industrialização não ocupava uma posição central.

Pretende-se aqui superar esta visão dicotômica. As Forças Armadas nos anos 30 atravessaram um processo interno de fragmentações e crises, refletindo as próprias incertezas e ambigüidades que marcaram o conjunto da sociedade brasileira durante o

primeiro governo Vargas. Este fato deve advertir para a impossibilidade teórica de tratar os militares como um bloco integrado e coeso, emitindo opiniões unificadas a respeito de quaisquer temas nacionais. O projeto sócio-econômico do Círculo de Técnicos Militares (CTM) não pode, portanto, ser pensado tomando-se em conta exclusivamente as clivagens existentes no interior das Forças Armadas, embora não possa ser situado fora desta dimensão. É necessário considerar a fundação do Círculo dentro de um contexto de reorganização das forças produtivas capitalistas, resultante da crise do modelo agrário-exportador e da emergência de novas forças sociais articuladas à expansão da indústria.

A fundação do Círculo de Técnicos Militares

A elaboração de um projeto nacional civil-militar articulado a uma determinada idéia de modernização técnica não foi uma inovação produzida pelo CTM. Cláudia Maria C. Alves demonstra que uma parcela do Exército configurou um campo intelectual no final do Império, elaborando um discurso de modernização impreciso, mas que depositava grande esperança nos rumos que o país tomava e no papel que caberia aos militares dentro da nova ordem que se aproximava. A *Revista do Exército* representou o mais forte laço de união entre estes militares. Seus diversos artigos cobriam temas como “ciência do engenheiro militar” (construções, fortificações, estradas de ferro, aplicação da eletricidade aos usos militares etc.), armamentos e táticas de guerra. A preocupação com os aspectos técnicos e científicos da prática militar tinha relação com os sucessos da Guerra do Paraguai, ocasião em que o papel da engenharia militar havia alertado para a importância da técnica. Prevalencia em todos os números da revista a crença de uma missão científica confiada à instituição militar e não faltavam ataques à imprensa nacional por sua escassa atenção aos problemas da tecnologia. A Escola Militar era o principal *local de fala* destes militares tocados pelos “ventos modernizantes” e “desejosos de mudanças que promovessem o país a patamares superiores de civilização” (ALVES, 2002: 53). Permaneciam, portanto, afinados às idéias de evolução, progresso e fé na capacidade científica, que povoavam as mentes dos intelectuais da época interessados na tarefa de pensar e modernizar o Brasil.

Herdeiro das tradições científicas do século XIX e dos grupos militares que adotavam a fé na ciência e na racionalidade tecnológica como molas propulsoras do desenvolvimento da nação, o Círculo de Técnicos Militares beneficiou-se do clima de renovação intelectual dos anos 30, no qual os apelos à autoridade da técnica se tornaram moeda corrente entre os pensadores que se dedicavam a construir uma nova nacionalidade sob os escombros da derrocada da República Velha e do ideário liberal. (LAMOUNIER, 1997) O avanço das idéias de corporativização da vida social, em meio à crise das instituições democráticas, fornece outro eixo na interpretação do momento histórico em que ocorreu a criação do CTM.

Com o Estado Novo, as discussões a respeito de temas econômicos passaram a se situar nos conselhos técnicos. O fechamento do Congresso eliminou as principais lideranças políticas tradicionais. A ditadura cristalizava o sistema corporativo de representação de interesses, forçando a criação de “arenas técnicas” de decisão. A despolíticação das principais questões da economia brasileira não deve, ainda, ser dissociada do ambiente intelectual da época, que proclamava a falência da democracia liberal representativa e a emergência de novas formas de organização político-institucional, cada vez mais centradas no Estado.

Durante o regime estadonovista, o discurso oficial apontou a industrialização como o caminho definitivo da superação do nosso atraso e da conquista do progresso social. Investindo em uma política de substituição de importações, Vargas incentivou a utilização da capacidade ociosa da indústria existente, isentou as importações de bens de capital e aboliu os impostos interestaduais, instituindo um esboço de mercado interno. A produção industrial elevou-se a níveis jamais vistos, com avanços expressivos nas indústrias de base.

Foi também neste período que as Forças Armadas alcançaram amplo prestígio político por conta da neutralização das forças oposicionistas e pelo fato de terem assegurado, em 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado sem maiores resistências. A recompensa governamental veio sob a forma de elevação dos recursos orçamentários para as instituições militares. Além disso, a Escola Técnica do Exército, em funcionamento desde 1934, colaborava ano a ano para o aumento do número de formandos que se dedicavam às “atividades técnicas” no interior do Exército.

Todo esse cenário contrastava com o ano de 1931, quando Macedo Soares, Sílvio Raulino de Oliveira e Francisco Agra Lacerda e outros oficiais, com formação em

diversas áreas da engenharia ou com prática na fabricação de material bélico, tentaram organizar institucionalmente um grupo de técnicos com o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria civil e militar. Minoritários e sem voz ativa dentro de um Exército que atravessava uma grave crise de unidade interna, não puderam concretizar seus planos.

Porém, em dezembro de 1937, portanto um mês após o golpe, o Círculo de Técnicos Militares foi fundado como uma sociedade civil com o objetivo de estudar e apresentar “solução para os problemas da fabricação de guerra e outros ligados à Engenharia Militar”.¹ Estes problemas foram identificados como sendo: o aproveitamento industrial das matérias-primas nacionais, o desenvolvimento da indústria bélica, o desenvolvimento das indústrias de base e da indústria pesada e a formação de técnicos em diversos níveis.

Os órgãos de direção do Círculo eram: Conselho Diretor, composto por cinco membros; Assembléia de Fundadores, formada pelos sócios que tivessem aderido à entidade até um mês após a sua fundação; e a Assembléia Geral, integrada tanto por “sócios fundadores” quanto por “sócios efetivos” e “honorários”. A Assembléia de Fundadores tinha o poder de intervir nas decisões da Assembléia Geral quando se tratasse da dissolução do Círculo ou da reforma de seus estatutos.

Mesmo não participando diretamente da direção do Círculo, o Conselho Técnico era de grande importância para o funcionamento da entidade. Composto por três membros de cada especialidade, possuía vastas atribuições:

- a) organização da Seção de Documentação Técnica e Biblioteca;
- b) uniformização dos símbolos e abreviaturas usados na Engenharia Militar;
- c) concatenação dos dados para a realização de um vocabulário de termos técnicos;
- d) estudo preparatório, por comissão especial, dos problemas que haveria de conduzir à feitura de um aparelhamento numérico para a Balística Interna;
- e) programação das conferências a serem realizadas pelos sócios e por autoridades estranhas ao Círculo;

¹ *Estatuto do Círculo de Técnicos Militares – 1938*. Arquivo Histórico do Exército

f) intercâmbio com as diversas sociedades e serviços técnicos em geral por meio da troca de publicações normais ou trabalhos extraordinários;

g) organização de programas de filmes técnicos que concorreriam para reconhecimento das atividades dos diferentes serviços especializados, como o progresso atingido nos diferentes setores das pesquisas ou das realizações;

h) instalação material das diferentes seções do Círculo, tendo em vista uma ampliação obrigatória e fácil;

i) seleção e coordenação constante da matéria para o *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, de modo que constituísse realmente um órgão de divulgação sistemática dos conhecimentos e aplicações interessantes e imprescindíveis aos diferentes trabalhos técnicos.²

É importante ressaltar o fato de a maioria dos membros do Círculo ser composta por detentores do posto de major. A ausência de militares de patente mais elevada é sintomática da posição marginal que o Círculo ocupava no seio do Exército e do caráter contra-hegemônico de suas propostas.³ Com efeito, os oficiais mais antigos das Forças Armadas nos anos 30 se juntaram em torno do projeto militar idealizado por Góis Monteiro. (PINTO, 2005)

Os militares do Círculo procuraram divulgar suas propostas por intermédio do *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, uma publicação com periodicidade variável, que funcionou como um veículo de comunicação entre os membros do CTM e o mundo exterior. O *Boletim* apresentava a seguinte estrutura editorial: uma primeira parte era destinada às “memórias originais”, ou seja, apresentava trabalhos pessoais dos membros do Círculo, “mesmo quando resultar apenas da aplicação de conhecimentos adquiridos”; na segunda, havia a divulgação de trabalhos publicados em revistas técnicas variadas, “visando à organização da bibliografia e documentação técnica do nosso engenheiro”; por fim, uma terceira seção se dedicava à publicação de um noticiário geral, incluindo as próprias atividades do Círculo.⁴

² *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*. n.1, 1939, p. 195. Arquivo Histórico do Exército.

³ Apenas dois militares – Luís de Melo Portela e Mário Velasco- possuíam a patente de coronel quando da fundação do CTM. Ver *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, n.1, p.195. Arquivo Histórico do Exército.

⁴ Idem, n. 1, p.4. Arquivo Histórico do Exército.

Dentro desta organização, conferia-se grande importância aos trabalhos desenvolvidos pelos integrantes do Círculo. Por isso lhes era exigidos “uma grande fé científica e um desenvolvimento cultural notável dos conhecimentos adquiridos”. A publicação dos estudos e pesquisas destes militares técnicos deveria servir como forte apelo para que “outros se lancem na mesma trilha”⁵, constituindo-se, dessa forma, numa verdadeira profissão de fé científicista.

A publicação de trabalhos técnicos em geral na segunda parte do *Boletim* servia para divulgar entre os participantes do CTM os principais desenvolvimentos da ciência e técnica civis. Os trabalhos externos deveriam ser submetidos a uma comissão editorial composta pelo corpo de engenheiros do Círculo e apresentados sob a forma de “pequenos resumos claros e precisos”. Funcionariam como recursos de pesquisa para “fundação inicial de qualquer trabalho a empreender, fundação essa que se resume classicamente na constituição da bibliografia do que foi feito sobre o assunto a abordar”.⁶ Projetava-se, dessa forma, uma estreita relação entre os técnicos civis e militares:

A colaboração a aparecer em nossas colunas não será privativa dos engenheiros militares do Exército ou da Marinha. Nelas acolheremos também, levando em grande apreço, a valiosa contribuição com que nos honrar a engenharia civil, pois que se algumas vezes nossas atividades diferem quanto aos objetivos finais, as bases científicas em que essas atividades se escudam são perfeitamente idênticas em ambos os casos e a técnica profissional se confunde em larga extensão na senda da engenharia que percorremos em comum.

Nosso *Boletim* concorrerá, assim, para o desenvolvimento de um contato mais íntimo e de uma cooperação mais profunda entre nossos técnicos e os do meio civil, resultando daí uma utilização mais eficiente de todas as possibilidades da engenharia nacional.⁷

A terceira parte do Boletim – “noticiário referente a todos os atos, administrativos ou não” □ visa completar o conjunto de informações destinadas aos técnicos do Exército. Procurava-se desenvolver um espírito de estreitamento técnico entre os integrantes do Círculo, valorizando a cooperação e refutando as ações individualistas. Fiel à doutrina corporativista, o CTM reiterava a necessidade de “colaboração mútua e sincera entre os profissionais” que se dedicavam ao desenvolvimento da ciência e da técnica.

⁵ Idem, p.5.

⁶ Idem, p.6.

⁷ Idem, *ibidem*.

O projeto do Círculo de Técnicos Militares

Cumpre-nos advertir que, ao defendermos a existência de um projeto desenvolvimentista dentro das Forças Armadas, institucionalizado no Círculo de Técnicos Militares e liderado por Edmundo de Macedo Soares, estamos nos valendo das formulações de Ricardo Bielschowsky, para quem o desenvolvimentismo apresenta as seguintes idéias-força:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro.
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional, no Brasil, através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje.
- c) o planejamento deve definir a expansão planejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão.
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 2000:7)

A proposta do Círculo de Técnicos Militares apresentava-se como um dos pólos de uma luta intelectual e institucional travada no interior das Forças Armadas, opondo as concepções de Edmundo de Macedo Soares às de Góis Monteiro, principal líder militar do governo Vargas. Como as duas vertentes de pensamento entendiam caber às Forças Armadas uma missão nacional, um papel de direção moral e intelectual, podemos apontar claramente para a existência de dois projetos nacionais institucionalizados, cujos conflitos e contradições concorreram para a consolidação de certa identidade militar a partir da vitória da linha defendida por Góis Monteiro, cuja proposta entendia que às Forças Armadas deveria ser reservado um papel essencialmente bélico, sendo a preparação para a guerra a sua maior preocupação. Esses “militares combatentes” acenavam, também, com a possibilidade de incremento da atividade industrial, desde que inteiramente subordinada às necessidades militares. Não causava surpresa, portanto, que durante a Segunda Guerra Mundial Góis Monteiro tenha defendido a ampliação da produção da indústria civil nacional, dando preferência às matérias-primas e máquinas nacionais. As indústrias receberiam incentivos tais como garantias de compras, adiantamento de recursos e assistência técnica. Ao mesmo tempo, a formação dos técnicos militares foi aumentada, especialmente para atender a urgência

de qualificação para o manejo do armamento importado. As especializações da principal escola formadora de engenheiros militares, a Escola Técnica do Exército (ETE), deveriam nortear-se para as necessidades brasileiras nos campos de batalha.

Pretendemos apresentar o projeto do CTM tendo como base dois trabalhos do seu maior intelectual, o então major Edmundo de Macedo Soares, produzidos entre 1939 e 1940. Trata-se de um discurso reproduzido no *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, intitulado “A estruturação técnica de nossas elites dirigentes”, e de um artigo, publicado na revista *Nação Armada*, sob o título de “As indústrias de base como elemento do progresso econômico”. Os principais elementos que nortearam as propostas dos militares do Círculo estão presentes nesses dois textos, razão pela qual os selecionamos.

A meta fundamental de transformar o Exército em uma instituição voltada prioritariamente para o desenvolvimento industrial fundamentou-se em uma proposta articulada em três grandes linhas de análise:

- 1) uma avaliação da situação geopolítica internacional e das novas modalidades de conflito armado.
- 2) um diagnóstico da situação da indústria e da técnica no país, tendo em vista a precária inserção externa do Brasil em um cenário mundial marcado pela emergência de um conflito de dimensões planetárias.
- 3) os meios para a superação do atraso tecnológico, científico e industrial, incluindo a necessidade de instituição de aparelhos escolares específicos para a formação de “elites dirigentes técnicas”.

A noção de “guerra total” oferece o referencial teórico para a reflexão a respeito da ordem internacional. Este conceito colocava com pesos iguais a força dos grandes exércitos e a produção industrial. No atual estágio dos conflitos bélicos, não basta a ação humana. Esta se liga de tal forma ao material militar que se torna imperiosa a sua produção em larga escala e “com as qualidades e nas quantidades exigidas pela guerra moderna”⁸ o que só seria possível com a montagem de uma poderosa retaguarda, “onde se assegura a fabricação desse material e se obtém os outros elementos indispensáveis à vida dos Exércitos.”⁹

A mobilização das forças nacionais em um momento de perturbações na ordem internacional era uma tarefa que cabia aos técnicos militares. Possuidores do domínio da

⁸ SOARES, Edmundo de Macedo. “As indústrias de base como elemento do progresso econômico e da preparação militar do País”, *Nação Armada*. n.2. Rio de Janeiro, jan/1940, p.50.

⁹ Idem, p.51.

técnica e da ciência, eles deveriam “enquadrar, desde o tempo de paz, os técnicos civis normais da Nação, acompanhando-lhes as atividades, adaptando-as às necessidades militares de acordo com as instruções do Comando, ou orientando-os, dentro de um quadro geral”.¹⁰

A superioridade científica e tecnológica das nações mais avançadas servia de impulso para que estas estabelecessem relações de tipo imperialista com países em estágio inferior de desenvolvimento industrial-militar. Para estes últimos, a ameaça em sua segurança interna era constante e apenas o rápido desenvolvimento dos seus recursos e a sua transformação em meios de guerra poderiam evitar a exploração das grandes potências.¹¹ Estabelecia-se, dessa forma, a associação fundamental entre desenvolvimento industrial e desenvolvimento militar e todas as atividades econômicas deveriam estar voltadas para a consecução desse duplo desenvolvimento.

A guerra moderna, em seus vínculos com as atividades industriais, havia sinalizado a preocupação dominante dos Estados modernos: a obtenção de uma independência econômica tão completa quanto possível. Os países de desenvolvimento mais antigo, ao produzirem mais do que podiam absorver, enfrentavam a necessidade de mercados externos, ao passo que países de poucos recursos naturais tinham tendência à autarquia.¹²

A precária coexistência, no plano internacional, entre práticas liberalizantes e protecionistas de comércio internacional aumentava as incertezas para os países subdesenvolvidos e provocava tensões entre as principais potências. Novamente a análise de Macedo Soares recai sobre a urgência, para as nações periféricas, de estimular o crescimento técnico-científico e industrial. Essa preocupação marcou os militares do Círculo desde o início das suas atividades, como fica claro na apresentação do número inaugural do Boletim, quando, alarmados, apontavam que “sem a técnica nunca teremos artes nem indústrias que nos permitam transformar essas riquezas latentes na seiva que vitalizará o organismo econômico brasileiro e sem a ciência nunca poderemos possuir a técnica a isso indispensável”.¹³

¹⁰ SOARES, Edmundo de Macedo. “A estruturação técnica das nossas elites dirigentes”, *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*. n.1 Rio de Janeiro, jan/1939, p.167.

¹¹ SOARES, Edmundo de Macedo. “As indústrias de base como elemento do progresso econômico e da preparação militar do país”. Op.cit., p. 52.

¹² Idem, p.53.

¹³ *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, n. 1 Rio de Janeiro, jan/1939, p.3.

O segundo item do projeto do CTM reside na análise da situação técnico-industrial do Brasil, considerando a sua inserção dependente em uma conjuntura externa marcada pelo conflito militar e pela competição econômica.

Para Macedo Soares, a razão mais profunda da dependência econômica do Brasil residia na importação de idéias e modelos alheios à nossa realidade social.

Vivemos séculos a olhar para fora, a sentir irresistível atração pela Europa, onde vivíamos presos pelo espírito. Raciocinávamos à européia, líamos apenas livros europeus (...) de lá nos vinham os homens de ciência para o estudo dos nossos problemas.¹⁴

Os brasileiros eminentes eram impedidos de produzir plenamente, em função da falta de apoio a iniciativas que rompessem com o estado de letargia reinante entre nossas elites. O Barão de Mauá é citado como exemplo de empreendedor tolhido por medíocres interesses políticos, incapazes de compreender o alcance e grandeza das transformações e inovações que propunha.

A preferência pelo tradicionalismo à inovação encontrava respostas em nossa colonização de matriz lusitana. Sendo “oriundos de povos de pouco pendor associativo em que o culto da personalidade humana constituía o traço mais característico”¹⁵, pouco desenvolvemos esse espírito associativo necessário às atividades de transformação industrial. Daí decorre nossa natural inclinação para o estudo das letras e humanidades, atividades intelectuais essencialmente individuais.¹⁶ Assim, o brasileiro atua com brilhantismo em atividades ditas liberais, onde se exige trabalho solitário. Isso explica ainda o fato de que as primeiras associações industriais tenham sido estrangeiras. Por esse mesmo motivo, não era considerado como prioridade pelas elites a formação de quadros técnicos para as atividades industriais. “Se organizávamos uma escola industrial técnica, nossa mentalidade individualista achava um meio de inverter os objetivos e, ao invés de formarmos operários, formavam-se artistas”, lamentava Macedo Soares.¹⁷

A continuidade histórica desse “pecado original” explicava a dependência da economia brasileira em relação às exportações de gêneros primários ainda em 1933. Neste ano, o café contribuía com 46% do total das exportações. As principais associações industriais ainda eram de estrangeiros e os derivados de ferro lideravam as

¹⁴ SOARES, Edmundo de. “A estruturação técnica das nossas elites dirigentes”, Op.cit., p.159.

¹⁵ Idem, p.160.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ Idem, ibidem.

importações, fato este que demonstrava a precariedade da indústria metalúrgica brasileira, considerada por Macedo Soares como mola propulsora do desenvolvimento.¹⁸

A insuficiência técnico-industrial não representava apenas atraso interno. No concerto internacional, a situação era igualmente desvantajosa frente aos países de capitalismo avançado, possuidores de reservas econômicas privilegiadas em suas colônias.

Não possuímos, com efeito, elementos de troca suficientes para assegurarmos a nós mesmos um nível de vida elevado: isso exigia, dentro do sistema atual de nossa economia, um aumento das quantidades de produtos importados e, portanto, exportação maior de mercadorias brasileiras, o que não é possível, porque, possuindo em suas colônias ou regiões sob sua influência econômica, climas e terras semelhantes aos do Brasil, as grandes potências européias se esforçam para produzirem as mercadorias em que baseamos nosso comércio internacional; os mercados consumidores são, destarte, disputados por essas potências européias e pelos outros países sul-americanos.¹⁹

O avanço da corrida armamentista e o protecionismo praticado pela maioria das potências econômicas não deixavam alternativas ao Brasil. O dilema era assim resumido por Macedo Soares: “ou produzir os elementos básicos para a constituição de uma economia diversificada, ou definhar, pela insuficiência dos seus meios de troca.”²⁰

O terceiro ponto do projeto do CTM baseava-se exatamente nas possibilidades e caminhos para a implementação de uma economia industrial diversificada, que se traduzisse na redução da dependência econômica e militar. Não se tratava, contudo, da simples escolha da melhor política econômica ou de decisões governamentais corretas. Igualmente importante era a constituição de aparelhos escolares capazes de formar o proletariado industrial e, especialmente, as elites técnicas dirigentes, investidas de saber técnico-científico altamente qualificado para o exercício da direção econômica e intelectual durante todo o processo de consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

No que toca ao aparelhamento industrial do país, o entrosamento entre necessidades econômicas e militares, característica indisfarçável dos novos tempos, exigia o rápido desenvolvimento das indústrias de base. Estas, no entender de Macedo Soares, eram:

- a) – a exploração racional das fontes de energia;

¹⁸ SOARES, Edmundo de Macedo. “As indústrias de base como elemento do progresso econômico e da preparação militar do país”, Op.cit., p.55.

¹⁹ Idem, ibidem.

²⁰ Idem, ibidem.

b) – a grande indústria química: produção dos ácidos e das bases minerais; fabricação dos adubos, destilação da hulha e do petróleo, etc...;

c) – a metalurgia: produção de ferro ou siderurgia, produção do cobre, do alumínio, do zinco, do níquel, do estanho, etc.²¹

A importação dos produtos dessas indústrias era o mais claro sinal de dependência econômica que uma nação poderia apresentar, pois sobre as indústrias de base “se forjam os instrumentos de trabalho e as armas de defesa e conquista”.²² A falta de uma economia verdadeiramente independente era o prelúdio da dependência política.

O estímulo às indústrias de base não significava o estabelecimento de uma economia autárquica. Seguindo o raciocínio desenvolvimentista, Macedo Soares creditava à industrialização básica um esforço fundamental de substituição de importações. A indústria de transformação, grande importadora de matérias-primas, era apontada como importante na medida em que criava um mercado para as indústrias de base e preparava certa “mentalidade industrial”. Sem as indústrias básicas, corríamos o risco da eterna fraqueza econômica e militar. O esforço de industrialização não deveria ser de exclusividade estatal. A participação privada, inclusive estrangeira, jamais deixou de ser aceita por Macedo Soares, tendo em vista a especificidade de nossa formação capitalista, com um setor agrário hegemônico e escassez crônica de poupança interna²³.

Ao Estado caberia a função básica de coordenação e fiscalização das atividades econômicas, respeitando as regras do mercado e não praticando qualquer modalidade de concorrência desleal. O correto manejo das políticas cambial e tributária era visto como uma garantia de estabilidade para o setor privado. Em setores considerados estratégicos, como a siderurgia, a presença estatal deveria ser mais ativa, cabendo-lhe inclusive as funções de produtor direto. A direção de tais setores não implicaria em restrições totais ao capital estrangeiro. Os investimentos internacionais eram considerados benéficos desde que não tivessem a intenção de assegurar o controle e a direção das indústrias básicas. O exemplo das negociações envolvendo o financiamento para a construção de Volta Redonda nos fornece um claro exemplo desse tipo de estratégia, pois os capitais norte-americanos empregados na usina vieram sob a forma de empréstimo ao governo brasileiro e a empresa manteve-se estatal. A combinação entre uma ação estatal

²¹ Idem, p.56.

²² Idem, ibidem.

²³ Idem, p.57.

fiscalizadora e criadora de condições para a realização plena da empresa privada aproxima Macedo Soares do que Ricardo Bielschowsky qualificou como “desenvolvimentismo do setor privado”. (BIELSCHOWSKY, 2000: 79)

O ensino técnico ocupava um papel de destaque no pensamento dos militares técnicos. Com efeito, ao longo de toda sua trajetória intelectual, este tema foi um dos mais discutidos por Macedo Soares em diversas conferências, livros, artigos, aulas, etc. A magnitude das transformações exigidas ao Brasil não poderia ser posta em prática sem uma intervenção firme de uma elite esclarecida e técnica ao mesmo tempo. O “desequilíbrio técnico” na estrutura das nossas elites deveria ser revertido a partir da expansão dos técnicos militares, os verdadeiros líderes do desenvolvimento industrial, aqueles capazes de organizar toda a mobilização nacional requerida em momentos dramáticos, como o que se vivia em 1939.

Macedo Soares teve desempenho de destaque na consolidação da Escola Técnica do Exército e na instituição da carreira de técnico militar, dois momentos formadores de um campo científico que, além de criar fortes sentimentos de identidade e solidariedade entre os militares técnicos, favoreceu a expansão restrita da formação científica tida como indispensável a uma intervenção segura nos rumos da economia brasileira.

A importância da constituição de aparelhos escolares que atuem como veículos de formação científica e construção de identidades sociais foi bem analisada por Pierre Bourdieu, para quem

os homens formados em uma dada disciplina ou em uma determinada escola partilham um certo “espírito” literário ou científico. (...) A escola, incumbida de transmitir esta cultura, constitui o fator fundamental do consenso cultural, nos termos de uma participação de um senso comum entendido como condição da comunicação. O que os indivíduos devem à escola é, sobretudo, um repertório de lugares comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns de abordar tais problemas comuns. (BOURDIEU, 1974: 206-07)

Fiel à sua crença no caráter indispensável da formação de elites técnicas, Macedo Soares foi responsável, juntamente com o Coronel Amaro Bittencourt, pela reestruturação dos cursos da ETE em 1937, com base nas seguintes linhas mestras: 1) o desmembramento dos cursos de engenheiro rádio-eletricista e de engenheiro industrial em novos cursos: engenheiro eletricista, engenheiro de transmissões, engenheiro de armamentos e engenheiro metalúrgico; 2) maior ênfase na dimensão experimental dos cursos, numa crítica à tendência predominantemente teórica da Escola. Além dos

citados, eram também oferecidos os cursos de engenharia química e engenharia de construções, todos previstos para três anos, precedidos por um ano, comum a todos, de revisão dos conteúdos.

A passagem de uma formação excessivamente teórica para outra mais pragmática e atenta às aplicações das inovações científicas no processo produtivo revelava uma crescente confluência de interesses entre a engenharia e a burguesia industrial. Para dotar o engenheiro militar de melhor preparo técnico, a reforma da ETE previa: preleções; trabalhos em laboratórios e gabinetes de ensaio; trabalhos em salas de desenho; projeções cinematográficas; exercícios no terreno e na carta; excursões e estágios orientados pelos professores e biblioteca especializada.

Quando em 1941, uma nova mudança nos regulamentos da ETE determinou a transformação dos cursos de metalurgia, armamentos, eletricidade e transmissões em apenas dois cursos, Macedo Soares demonstrou grande contrariedade. Em carta ao General Pedro Cavalcante, inspetor geral de ensino, criticava a fusão afirmando que “o oficial que tendo por dever saber tudo, não se especializa em coisa alguma”. Combatia, portanto, “a velha concepção do engenheiro de muitos títulos e poucos conhecimentos, de muita ciência e pouco espírito de realização prática. A ETE deveria, “para sermos fieis ao seu nome que exprime seus fins (...) formar o engenheiro de poucos títulos e conhecimentos profundos numa dada especialidade”. (Apud QUAGLINO, 1992: 47)

A modernização pretendida pelo CTM possuía, portanto, dois grandes vetores. Por um lado, clamava por uma ampla mobilização industrial que fortalecesse o país tanto do ponto de vista econômico quanto militar, o que se tornava ainda mais urgente em face da precária situação da geopolítica internacional e dos incontáveis riscos que os países periféricos, como o Brasil, corriam. Por outro, implicava uma sensível reorientação intelectual da nação em direção à técnica e à ciência em oposição às chamadas humanidades. Para tal tarefa, tornava-se indispensável a ampliação do aparelho escolar destinado ao ensino técnico.

Considerações finais:

Ao longo deste trabalho, buscamos apresentar como determinados militares do Exército construíram um projeto contra-hegemônico no interior das Forças

Armadas, através do qual pretendiam a transformação da instituição em um organismo voltado ao problema do desenvolvimento industrial. Proclamadores de uma verdadeira missão nacional, os militares técnicos estabeleceram uma ação ideológica em prol dos interesses da ascendente burguesia industrial, configurando um campo de conflitos de interesses com repercussões intensas no aparelho estatal. Exerceram também uma decidida direção intelectual, ao intervirem de forma direta na institucionalização do ensino técnico militar e na organização do processo de trabalho no aparelho econômico com vistas à formação de uma elite dirigente de caráter técnico-científico e mobilizadora do esforço de modernização do país. A combinação entre meios e força de trabalho voltava-se para os objetivos de acumulação, favorecendo a preservação das relações capitalistas de produção no âmbito de uma formação econômica periférica e que apenas começava a dar os primeiros passos em direção ao desenvolvimento do núcleo urbano-industrial.

O projeto do Círculo deve ainda ser entendido como um movimento político, pois reivindicava a organização e institucionalização de determinados interesses da burguesia industrial. Produziu certos conteúdos discursivos que foram abraçados por “agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social e sustentados por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas”. (MENDONÇA, 1997:13)

O Círculo de Técnicos Militares, entendido como uma organização portadora de um projeto civil-militar articulado aos interesses da burguesia industrial, forma e define um determinado universo de relações sociais entre seus membros e entre eles e a sociedade civil. Como organizadores sociais de uma dada visão de mundo e pretendendo que ela se tornasse hegemônica, os membros do CTM atuavam como intelectuais com posições ativas no debate nacional. Seus vínculos cada vez mais estreitos com a fração industrial da burguesia brasileira permitem falar em organicidade àquela classe, pois estavam correntemente envolvidos na tarefa de construção de sua hegemonia através de uma dada direção intelectual e moral. Lançavam mão assim de uma *ideologia* que “organiza as massas humanas, forma o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1981: 62-63)

Ainda que se considere a relativa marginalização dos militares técnicos na disputa político-ideológica existente no interior das Forças Armadas durante o

primeiro governo Vargas, é forçoso reconhecer que muitas das metas do projeto do Círculo de Técnicos Militares foram implementadas ao longo de toda a chamada era desenvolvimentista: o país consolidou um núcleo básico de indústrias, o ensino técnico conheceu expressivo crescimento e a influência e participação dos militares nos aparelhos decisórios de Estado não cessou de aumentar.

Bibliografia

- ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2002.
- AVELAR, Alexandre de Sá. *A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares (1937-1987)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- LAMOUNIER, Bolívar. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume II. São Paulo, Bertrand Brasil, 1997.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- PINTO, Sérgio Murilo. *Exército e política: um século de pensamento e ação*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2005.
- QUAGLINO, Maria Ana. *O Exército e seus técnicos: o projeto do Círculo de Técnicos Militares (1937-1956)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 1992.
- TRONCA, Ítalo. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. t.3, v.3. São Paulo: DIFEL, 1986.
- WIRTH, John. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.